

# ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA TÉCNICA À AGROPECUÁRIA NO BRASIL

*Glauco Olinger*

## 1 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA POLÍTICA AGRÁRIA

Para se demonstrar da importância da assistência técnica como fator de desenvolvimento da economia agrícola nacional, é necessário que se analise sua função no conjunto de uma política agrária.

## 2 – PREÇOS

Em última análise, todo o programa agrícola de governo, visa produzir o máximo aos melhores preços, tanto para os produtores quanto para os consumidores.

Para o agricultor, o objetivo é vender pelos mais altos preços a fim de obter o máximo de renda líquida.

Para o consumidor, o objetivo é adquirir a produção pelos menores preços possíveis.

Uma forma eficiente de se melhorar os preços recebidos pelos agricultores é minimizar os custos de produção e maximizar seus preços de venda.

## 3 – CUSTOS

O abaixamento dos custos é obtido pelo uso de apropriada tecnologia de produção.

A maximização dos preços de venda é obtida pelo uso de apropriada tecnologia de comercialização.

## 4 – SUPORTE E COMPLEMENTO

Um programa de assistência técnica que vise o aumento da produção e da produtividade para ter eficiência, deve estar suportado e complementado por outros programas indispensáveis por terem influência direta no desempenho de ações, entre as quais destacamos:

### *4.1 – Formação e Aperfeiçoamento Profissional*

Programa de formação e aperfeiçoamento profissional para a produção de técnicos. Quanto mais ajustados forem os currículos aos programas nos quais irão trabalhar os futuros técnicos; quanto mais objetivos forem os professores na missão de ensinar; quanto mais bem equipadas estiverem as escolas no tocante ao material didático, tanto de laboratório quanto de campo (mesmo que sejam estes localizados em empresas particulares), menores serão as despesas de formação

e aperfeiçoamento do técnico e melhor será seu desempenho na absorção de novas técnicas, na execução ou na transmissão das mesmas.

O custo da assistência técnica é fator da mais alta importância (como veremos adiante) e a redução do mesmo começa e depende da formação obtida nas escolas e centros de aperfeiçoamento.

#### 4.2 – Pesquisa

##### *Programa de pesquisa aplicada*

Na introdução de determinada prática junto aos produtores, as ações devem ser:

- Tecnicamente possíveis;
- Economicamente justificáveis;
- Socialmente desejáveis;
- Financeiramente viáveis;
- Politicamente aceitáveis.

Estas condições devem nortear a pesquisa aplicada para que as recomendações sobre as técnicas a serem empregadas possam, efetivamente, serem incorporadas à prática, com o sucesso desejado, tanto pelos serviços de prestação de assistência técnica quanto por produtores rurais que as adotarem.

#### 4.3 – Financiamento

##### *Programa de financiamento*

Nenhuma atividade econômica é tão complexa e tão imprevisível quanto a agropecuária. Cada cultura, cada criação, possui ciclo biológico próprio e requer condições especiais para oferecer ao homem a produção desejada.

Para que a assistência técnica possa atuar sob estas condições é necessário que o sistema creditício seja ajustado a cada caso em particular, no tocante a juros, prazos e limites para os cálculos de custos.

Uma lavoura de milho tecnificada custa o dobro, porém, a produção triplica ou, as vezes, até mais.

O prazo de carência e liquidação para a produção de frangos de corte a quem já possuísse as instalações, poderia ser de 5 a 6 meses, se o comprador pagasse a vista. O mesmo prazo será suficiente para a horticultura. Para a fruticultura já seriam necessários 3 a 4 anos de carência e mais de 8 anos para liquidação. Para reflorestamento, 7 anos de carência (1.º desbaste) e, para liquidação, conforme o destino da floresta.

Quais os prazos racionais para o produtor que adquire terras em matas ou baixadas que necessitam de drenagem, para a formação de pastagens e criação de gado de corte?

Um programa de tecnificação visando o aumento da produtividade agropastoril, sem o correto suporte financeiro, torna-se, a nosso ver, irreal e sujeito a arranjos que mascaram a verdade dos fatos, tornando difíceis, senão impraticáveis, a obtenção da verdade dos custos.

#### 4.4 – Fatores de Produção

##### *Programa de fatores de produção*

Certos fatores de produção tornam-se a cada dia que passa, mais importantes para o aumento da produtividade nas culturas e criações.

Destacamos, entre eles, pelos efeitos multiplicadores da capacidade produtiva do homem, os corretivos fertilizantes, máquinas agrícolas, mudas, sementes, reprodutores e materiais de defesa sanitária vegetal e animal.

A assistência técnica é tanto mais efetiva quanto melhores e a mais baixo custo, estiverem à disposição dos agricultores, os fatores mencionados.

Quando analisamos as políticas agrícolas dos países desenvolvidos, vamos encontrar uma série de facilidades concedidas pelo poder público, aos produtores, visando abastecê-los e estimulá-los a usar os modernos fatores de produção.

Alguns países, subsidiam os juros nos financiamentos realizados para a compra de insumos modernos.

Outros, como a Nova Zelândia, pagam o frete e uma parte dos custos dos corretivos e fertilizantes.

Outros subsidiam parte dos custos na modernização dos pomares como é feito na Alemanha, e assim por diante.

No Brasil, a nível federal, o estímulo ao uso de insumos modernos vem sendo feito por meio de subsidiamento de juros.

A nível de Estado, podemos citar Santa Catarina, onde o Governo contribui para o pagamento do frete de corretivos e fertilizantes e paga os juros que incidem nos financiamentos feitos para a compra de reprodutores suínos, ovinos e bovinos registrados.

Paga também os juros nos prazos de carência para a implantação de pomares de frutas de clima temperado, dos financiamentos realizados para a compra de mudas fiscalizadas.

Os incentivos ao uso de fatores modernos de produção devem ser concedidos diretamente aos agricultores, preferencialmente através de suas cooperativas ou outras formas de associação. Entretanto, o incentivo só produz os resultados desejados se for acompanhado de eficiente mecanismo de assistência técnica.

#### 5 – O PASSADO

Temos lembrança dos serviços de fomento agrícola que existiam no Brasil. Davam-se adubos, sementes, máquinas agrícolas, reprodutores, inseticidas, fungicidas, vacinas, tudo isso, gratuitamente, aos agricultores. Empréstavam-se tratores ou vendiam-se veículos e máquinas abaixo dos custos comerciais, a título de fomento.

Estes materiais, invariavelmente, eram mal utilizados tanto por desconhecimento dos usuários quanto pelo pouco valor que sempre o homem deu às coisas que recebe gratuitamente.

Quando uma cooperativa recebe um benefício do governo acompanhado de boa orientação técnica, esta assegura a correta aplicação do recurso e, ao mesmo tempo, funciona como um freio ao desvio do favor governamental, para outras finalidades.

O Brasil também foi um dos primeiros países do mundo moderno a dar importância ao financiamento para a agricultura.

O Banco do Brasil sempre tentou impulsionar a agricultura através do crédito rural. Entretanto, os resultados obtidos, no passado, não foram muito brilhantes quanto aos aumentos de produtividade colhidos com base no crédito desprovido de orientação técnica.

Atualmente, o crédito rural no Brasil, sob a liderança do Banco Central e Banco do Brasil vem sendo tecnificado de forma progressiva tornando-se uma das principais ferramentas para a modernização de nossa agricultura.

## 6 – COMERCIALIZAÇÃO

Obtida a produção depara-se o agricultor com o problema de sua colocação no mercado.

Há também uma técnica de comercialização.

Os grandes empresários agrícolas podem instalar equipamentos próprios como armazéns, silos, secadores, classificadores, máquinas de beneficiamento, embalagem e transporte para colocar a produção diretamente nos centros consumidores.

Mas a maioria dos agricultores não pode fazer isso.

Ou ficam à mercê de intermediários que os exploram e, ao mesmo tempo elevam os custos finais dos produtos para os consumidores, ou se organizam para controlar, por si próprios, os mecanismos de comercialização e assim alcançarem melhores preços para o resultado do seu trabalho.

A experiência universal tem demonstrado que uma forma apropriada para a organização dos produtores visando melhor comercialização da produção é o cooperativismo.

Tivemos, também, experiência pouco edificantes, na implantação do cooperativismo rural, no Brasil. Raros foram os casos de comprovado sucesso, no passado.

Sem um sistema eficaz de orientação técnica e fiscalização às cooperativas, viram-se os produtores, mais uma vez enganados por administradores desonestos ou incapazes.

Hoje, este panorama vem se modificando e as cooperativas mais poderosas mantêm quadros técnicos próprios e as menores recebem orientação de serviços custeados pelo poder público. A fiscalização torna-se cada vez mais enérgica e eficiente tendendo a assegurar um bom resultado econômico para os cooperados, para os órgãos fazendários do governo e para os consumidores.

## 7 – PREÇOS MÍNIMOS

Outros mecanismos de suporte à produção e comercialização agrícola vêm sendo oferecidos pelo poder público. Um deles são os preços mínimos para determinados produtos prioritários.

Neste aspecto falta ainda, a nosso ver, uma importante providência governamental, ou seja, a de basear os preços mínimos nos preços de custo obtidos em lavouras conduzidas com base em um conjunto de técnicas recomendadas pela pesquisa aplicada.

Esta providência parece-nos fundamental se admitirmos o fato de que as técnicas de trabalho e produção têm um rol de variáveis que pode ser diferente para cada região do País.

Um insumo recomendado para a cultura do arroz ou do milho nas pequenas propriedades do sul pode ser anti-econômico para as culturas extensivas de Goiás ou Mato Grosso.

Baseado em custos mínimos de produção pode o governo fixar uma política nacional para os produtos que considerar prioritários, determinando as zonas nas quais serão exercidas, também com prioridade, as políticas de assistência técnica, pesquisa, incentivos, preços mínimos e outras providências necessárias.

## 8 – ESTOQUES REGULADORES

Complemento importante para evitar as grandes flutuações de preços seria a manutenção permanente de estoques reguladores nas zonas estratégicas de produção, os quais ficariam sob o controle do governo, através da CIBRAZEM.

## 9 – TRANSPORTE

Finalmente, não se pode deixar fora de um programa que vise ao aumento da produção, os mecanismos de transporte. Alguns insumos, principalmente corretivos e fertilizantes, tornam-se não raro anti-econômicos para determinadas culturas, em decorrência dos custos do atual sistema de transporte.

Igualmente, certos produtos chegam altamente onerados nos mercados consumidores pelo mesmo motivo.

Daí a necessidade de se abaixar os custos mediante o aperfeiçoamento dos meios de transporte.

## 10 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO BRASIL

Os pré-requisitos expostos sumariamente, são necessários para que um serviço de assistência técnica junto aos produtores rurais, seja bem sucedido. Atualmente, no Brasil, os serviços de assistência técnica podem ser divididos em:

- a) oficiais: extensão rural / especializados; e
- b) não oficiais: escritórios particulares / técnicos de empresas, cooperativas e outros.

## 11 – UM POUCO DE HISTÓRIA

A primeira experiência de extensão rural, no Brasil, deu-se em 1948, no Município de Santa Rita do Passa Quatro, por inspiração da AIA (Associação Internacional Americana).

Esta mesma organização exerceu influência na fundação da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), em Minas Gerais que foi, efetivamente, o primeiro Serviço de Extensão Rural do Brasil, tendo iniciado os seus trabalhos em 1949. A ACAR objetivava "estabelecer um programa de assistência técnica e

financeira que possibilitasse a intensificação da produção agro-pecuária e a melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural”.

A partir de 1953, um acordo entre o Brasil e os Estados Unidos criou o ETA (Escritório Técnico da Agricultura), através do qual, vários projetos de extensão rural foram criados nos estados, todos eles com base na filosofia do Extension Service norte-americano.

Foram eles o ETA-Projeto 11 – ASCAR, no Rio Grande do Sul em 1955, ETA-Projeto 15 – ACARPA, no Paraná e ETA-Projeto 17 – ACARESC, em Santa Catarina, ambos em 1956.

Em 1954, por iniciativa do Banco do Nordeste, criaram-se as ANCARes, baseadas nos moldes da ACAR de Minas Gerais.

Em 1956, os serviços de extensão existentes resolveram criar a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), com o apoio do Governo Federal.

À esta entidade nacional filiaram-se os serviços de extensão estaduais existentes. Com a fundação da ABCAR, foram sendo criados em todos os Estados as Associações de Crédito e Assistência Rural que, somadas à ABCAR constituíram o Sistema Brasileiro de Extensão Rural.

Os serviços de Extensão Rural, de acordo com a filosofia do País que lhe deu origem, são aqueles que se caracterizam pela adoção de processos educativos para mudar hábitos, atitudes e habilidades das famílias rurais, visando elevar o seu nível de vida, mediante assistência técnica, econômica e social. Esta abrangente definição, embora correta, deu margem para que, no Brasil, as Associações Estaduais de Crédito e Assistência Rural filiadas à ABCAR, optassem pela mais variada ênfase na execução dos serviços de extensão.

Em alguns estados, marcadamente no Nordeste, a maior atenção era voltada para os aspectos puramente sociais dos programas.

Esta atitude ainda persiste em algumas Associações.

Em outras unidades da Federação, especialmente em Santa Catarina, a ênfase sempre esteve voltada para os aspectos técnicos e econômicos como um meio de se atingindo os objetivos sociais colimados.

## 12 – EXTENSÃO RURAL DE NOSSOS DIAS

Mais recentemente, os programas de extensão têm procurado melhor definir suas atividades, caracterizando os objetivos econômicos a serem alcançados por meio do aumento da produção e da produtividade do trabalho do agricultor na atividade agro-pastoril e os objetivos sociais a serem alcançados pela melhoria da alimentação, estado sanitário, habitação e educação.

Esta separação visa melhor caracterizar as atividades básicas da Extensão Rural no Brasil em função do que foi estabelecido como prioridades para o desenvolvimento rural.

Nos projetos econômicos estão envolvidos o cooperativismo, o crédito rural, os preços mínimos, comercialização, além do aumento de produção e da produtividade na agricultura e pecuária.

Tanto nesses projetos quanto nos de bem estar social, o trabalho é realizado com adultos e jovens rurais.

Além da metodologia educativa descrita nos livros clássicos de Extensão o Sistema Brasileiro auxilia o desenvolvimento do Sindicalismo Rural, a organização de Conselhos de Desenvolvimento Municipais, Associações de Agricultores e/ou Criadores e outros métodos que têm por fim organizar as comunidades rurais.

Uma distorção ocorre, no Brasil, relativa ao custeio das atividades de extensão. É que os projetos de bem estar social não são integralmente financiados pelos organismos nacionais e estaduais correspondentes.

Geralmente, os projetos de bem estar social envolvem parcelas dos programas de saúde, habitação, alimentação e educação que, normalmente, deveriam ser executados integralmente, pelos Ministérios da Saúde, Educação, Banco Nacional da Habitação e Instituto Nacional de Habitação. Entretanto, seria demasiadamente oneroso se cada programa setorial tivesse que montar infraestruturas operacionais na área rural (escritórios, funcionários administrativos, veículos para locomoção).

Os serviços de extensão já possuem instalações que podem ser utilizadas em comum e os extensionistas que operam em projetos agro-pecuários têm a confiança do povo rural, condições que facilitam a penetração de outros serviços além do ponto fundamental que é a redução dos custos operacionais.

Parece-nos lógico que os projetos de saúde deveriam ser custeados principalmente, pelos Ministérios e Secretarias de Estado correspondentes. Da mesma forma deveria ocorrer com os de Educação, alimentação, habitação (sendo que o de alimentação é da área do INAN e o de habitação do BNH).

Uma boa parte do custeio desses projetos é extraída, a nosso ver indevidamente, do Ministério e Secretarias da Agricultura.

### 13 – O PÚBLICO DA EXTENSÃO RURAL

Aspecto relevante a ser considerado é o público que deve ser abrangido pela extensão.

Freqüentemente se ouve alguns teóricos afirmando que o público da Extensão é o pequeno produtor, outros que a Extensão deve começar pelo meio urbano. O problema não está em se definir se a Extensão assiste ao pequeno, médio ou grande produtor. Extensão objetiva o desenvolvimento rural como um todo e, portanto, deve abranger a todos.

O sujeito ou beneficiário, principal é o produtor, médio, pequeno ou grande. O importante é se definir o método ou métodos que se devem adotar em função do público.

A assistência mais efetiva é aquela que é propiciada individualmente e assiduamente junto a um determinado produtor.

Quando dirigida a um grande produtor o custo do serviço pode ser econômico, considerados os resultados em termos da quantidade de produção obtida em decorrência de assistência técnica. Entretanto, o mesmo tipo de assistência individual junto a pequenos produtores, torna-a excessivamente cara.

A solução está em se empregar mais intensivamente os métodos de alcance grupal e massal para os pequenos produtores e elaborar um sistema de cobrança pela assistência prestada acima de determinado tamanho de empresa rural em função do tempo e tipo dedicado à mesma.

O Sistema Brasileiro de Extensão Rural não pode cobrar a assistência técnica, porém com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural a cobrança vai ser possível e aconselhável.

Também à medida que as cooperativas agropecuárias forem se organizando, a partir de determinado volume de negócios, podem custear parcial ou totalmente, os serviços de assistência técnica aos associados.

Esta solução já vem sendo adotada por muitas cooperativas, principalmente do Centro-Sul do País.

Mas não é só o produtor rural que constitui o público de um serviço de extensão. Muito do sucesso do trabalho depende do apoio das pessoas de influência e interesse que, não raro, pertencem ao meio urbano. Essas pessoas são autoridades constituídas, industriais, comerciantes, líderes políticos e outros que também legitimam e dão o necessário apoio para a normal execução da atividade extensionista.

O trato com este público também envolve despesas que devem ser lançadas no custeio da extensão rural.

#### 14 – AGENTE DE EXTENSÃO

Outro aspecto importante a considerar é o tipo ideal do agente de extensão.

O sucesso de um serviço de extensão como, a final, de qualquer outro tipo de empresa semelhante, depende, principalmente, da qualidade dos seus agentes.

A eficácia de um agente de extensão é diretamente proporcional ao conhecimento que ele tem sobre o povo, sua área de trabalho e à sua capacidade técnica.

A principal missão do extensionista é conseguir que os produtores rurais aceitem e adotem as práticas recomendadas pela pesquisa.

Ele deve saber como agir para transformar uma determinada situação em outra claramente definida.

Esta transformação só se opera mediante uma mudança no comportamento do homem que é o sujeito do desenvolvimento.

Um agente de extensão que não sabe como plantar milho numa comunidade onde a principal atividade é o plantio do milho; que desconhece o manejo das ferramentas e máquinas do uso cotidiano dos agricultores; que desconhece sua área de trabalho, dificilmente ganhará a confiança do seu público ou será um agente de mudanças bem sucedido.

É importante, ainda, que o extensionista conheça a índole do homem rural, seus costumes, seus valores, sua cultura, seu comportamento social.

Este é um campo diferente do primeiro, porém intimamente ligado à eficácia da ação.

Este campo dos estudos sociais tem sido erradamente apontado como o fator mais importante a se considerar para se conseguir as mudanças desejadas no meio rural.

Exagera-se influência de fatores como a tradição ou conservantismo, individualismo, ignorância, religião, tabus e outros, responsabilizando-os pelos insucessos dos serviços empenhados em transformar a agricultura.

É que se torna mais cômodo justificar insucessos raciocinando-se em torno



de idéias abstratas ou de difícil comprovação do que em torno de fatos concretos de fácil aferição.

É mais simples dizer que um agricultor não acredita em adubação e que é preciso convencê-lo por meios especiais de persuasão do que conhecer a formação dos preços de custo, a técnica de adubação, da produção e colocação do produto nos mercados.

Não estamos afirmando que o agente não deva considerar e aplicar aqueles conhecimentos. O que não se pode esperar é que os agricultores não tenham o menor senso e passem a mudar os seus métodos de trabalho e vida com base em recomendações de extensionistas que não saibam executar na prática, as técnicas recomendadas ou desconheçam o resultado econômico das medidas sugeridas.

Uma prova de que os agricultores mudam, facilmente, de uma prática ou atividade econômica para outra é o que temos constatado quando melhoram os preços para determinados produtos de lavouras anuais. Um exemplo marcante é o surto da soja e o declínio da lavoura do trigo, nestes últimos anos. O que eles desejam é uma margem razoável de segurança para mudar o sistema econômico tradicional.

É esta segurança e são os conhecimentos técnicos necessários que mais faltam aos agentes de extensão, os quais nem sempre dependem deles, mas também do despreparo da maioria de nossas escolas e dos centros de pesquisa.

Conhecendo a área e a tecnologia e conhecendo o público, resta ao extensionista conhecer e saber aplicar a ciência e a arte da comunicação para obter o maior efeito possível de sua atividade educacional.

Não basta, pois, ao extensionista, ser um técnico competente. Ao lado desta qualidade imprescindível é necessário que ele seja um comunicador, que saiba transmitir, com eficácia, a sua mensagem, ao seu público.

Estes dois requisitos é que tornam o agente capaz para a função.

A idéia de que é possível o uso de dois tipos de agentes, um para motivar, animar ou persuadir as comunidades ou os beneficiários e outro para propiciar assistência técnica, é impraticável, nas condições brasileiras atuais. Os custos operacionais seriam demasiadamente altos. Ademais, hoje dispomos apenas de 6000 técnicos operando, efetivamente, no meio rural brasileiro, o que representa um técnico para cada 2.500 pessoas ativas na agricultura, aproximadamente. Em comparação com alguns países desenvolvidos deveríamos ter 6 vezes mais.

Sendo o problema dos recursos financeiros e o reduzido número de técnicos formados, as principais limitantes, conclui-se que as estruturas dos serviços devem ser as mais simples possíveis para estarem ajustadas às nossas reais possibilidades.

Este capítulo da extensão rural é abordado com mais detalhe porque nossa experiência em serviços de assistência técnica aos agricultores tem demonstrado que os métodos utilizados pela Extensão Rural são os mais efetivos quando se objetiva produzir mudanças duradouras na vida rural.

Não basta imaginar o que os agricultores pensam ou suas formas de reação, com base em hipóteses ou na cultura livresca de autores que também construíram suas teorias sem o necessário contato com a realidade rural.

É preciso que se leve em conta a praticidade das especulações teóricas e o nível cultural dos agentes de campo que devem interpretá-las. Caso contrário, os

benefícios que deveriam ser levados aos produtores não passarão de meras intenções dos técnicos ou cientistas de gabinete.

## 15 – ALCANCE DA EXTENSÃO

Em muitos planos de desenvolvimento rural tem faltado o bom senso para discernir entre o que é factível e o que não vai além de uma intenção.

Extensão rural também não é uma panacéia capaz de solucionar todos os problemas rurais.

A verdade é que o sucesso da atividade extensionista depende do bom funcionamento de outras agências de desenvolvimento.

O lastro de conhecimentos que o extensionista traz consigo, depende do estabelecimento de ensino que o produziu.

A validade das informações tecnológicas que devem ser levadas ao campo depende da eficácia dos serviços de pesquisa.

A disponibilidade dos bens de produção depende da participação da indústria, do comércio e de ações específicas do governo.

O escoamento normal das safras e a comercialização vantajosa para os produtores e consumidores dependem dos sistemas de transporte, funcionamento dos mercados, política de preços e outros programas governamentais.

## 16 – OUTROS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A assistência técnica oficial é também realizada por serviços especializados. Entre eles destacamos a assistência aos cafeicultores, realizada pelo IBC, aos plantadores de cana do IAA, aos cacauicultores da CEPLAC, aos rizicultores do IRGA, aos produtores de gado leiteiro pelo PLAMAM e muitos outros.

## 17 – EMBRATER

Encontra-se no Congresso Nacional um projeto de lei originário do Ministério da Agricultura que visa a integração de todos os serviços oficiais que executam a assistência técnica no País, sob a coordenação de uma entidade federal a EMBRATER (Empresa Brasileira de Extensão Rural), a exemplo do que já foi feito com os serviços de pesquisas com a criação da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

A EMBRATER, entre outras finalidades, absorverá o Sistema Brasileiro de Extensão Rural, que, atualmente é composto por Associações Civas, sem fins lucrativos, dando-lhe, como aos demais serviços que a integram, maior estabilidade financeira, através de uma participação permanente, em contrapartida dos recursos de origens estaduais, municipais e outras fontes.

Através da EMBRATER e da EMBRAPA, deseja o atual Ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, ampliar os serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, no País, evitando paralelismos, dispersão de recursos e de objetivos.

## 18 – SERVIÇOS PARTICULARES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Não se pode negar que foi após o crescimento dos serviços de extensão rural por todo o Brasil que começaram a surgir boas oportunidades de trabalho em atividades de assistência técnica a projetos agropecuários.

Presentemente, os agricultores particulares de planejamento e orientação técnica já são bons consumidores de economistas rurais, engenheiros agrônomos, médicos veterinários, técnicos agrícolas e outros profissionais com interesses voltados para as atividades rurais.

Uma característica muito positiva desses escritórios é que invariavelmente remuneram melhor aos profissionais que os serviços públicos, além de prestarem valiosa contribuição ao progresso da agropecuária nacional.

Outra efetiva participação na prestação de serviços de assistência técnica aos produtores rurais, vem ocorrendo através de Cooperativas, Sindicatos, Empresas particulares, Associação de Criadores e outras.

Estes organismos tendem a absorver crescentes responsabilidades no tocante a assistência técnica aos seus associados, a medida que aumenta o volume dos seus negócios e, conseqüentemente, maior é a necessidade da organização do trabalho, da produção e da comercialização.

Este é também um acontecimento aplaudível porque diminui o ônus para o poder público e abre amplas oportunidades de serviços profissionais.

## 19 – AJUDA DO EXTERIOR

Finalmente, é importante assinalar a contribuição que recebemos, do exterior, relativa a assistência técnica.

Duas tem sido as principais modalidades de que nos temos servido para buscar apoio técnico no exterior.

A primeira enviando técnicos para colher informações no exterior. A segunda, trazendo técnicos de outros países para nos prestarem informações.

Nossa experiência tem demonstrado que as duas formas são válidas e devem ser usadas simultaneamente, porém sob determinadas condições.

O envio de técnicos ao exterior com o objetivo definido de estudar as técnicas aplicadas em países desenvolvidos para posterior tentativa de aplicação ou adaptação ao nosso país, tem sido mais efetivo quando o profissional realiza estágios de caráter prático em instituições reconhecidamente bem sucedidas nos aspectos econômicos.

Da mesma forma, os técnicos que temos trazido do exterior para nos prestar ajuda técnica produzem resultados econômicos quando provêm de instituições ou empresas onde realizavam trabalhos de campo.

Em matéria de assistência técnica vale mais o homem que faz do que o homem que apenas sabe.

O mesmo raciocínio pode ser feito relativamente ao ensino e a pesquisa.

Um fato marcante é relativo aos cursos pós-graduados. Nem sempre colhemos de egressos dos cursos pós-graduados, a contrapartida em conhecimentos aplicados à realidade do meio rural brasileiro, que os serviços esperam.

Muitos dos técnicos adquirem conhecimento em países de adiantado grau de desenvolvimento tecnológico e, de volta ao campo de trabalho, sentem dificuldade em aplicar aqueles conhecimentos adquiridos ante as condições que lhes são apresentadas. A enorme distância entre o que é desejado e recomendado pela teoria e o que é deduzível da mesma para ser levado à prática tem gerado não raras frustrações entre os técnicos pós-graduados e não menores decepções entre os que esperam dos mesmos profissionais contrapartida de novas técnicas de trabalho e produção, utilizáveis economicamente pelos agricultores.

Assim como é necessária uma profunda mudança nos sistemas brasileiros de formação profissional, pesquisa e extensão (incluída nesta a assistência técnica), é também importante, o reestudo dos sistemas de aperfeiçoamento profissional, objetivando, neste caso, a produção de técnicos que sejam capazes de dar respostas adequadas aos problemas apresentados pelas comunidades que arcaram com o ônus de sua formação e aperfeiçoamento, na esperança de obter dos mesmos uma contrapartida de serviços que resultam em maior produção agro-pastoril e maior produtividade do trabalho humano.